



CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DO
ANÚNCIO NO JOUE

Aquisição de três miniautocarros elétricos

CADERNO DE ENCARGOS

Ref.^a CPI 04/2025

MAIO DE 2025



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

**FUNDO
AMBIENTAL**

PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES INICIAIS

CLÁUSULA 1.^a

ENQUADRAMENTO

1. O objeto do presente procedimento, de acordo com a descrição apresentada nas Especificações Técnicas – Parte II do presente Caderno de Encargos, consiste na aquisição de três miniautocarros elétricos.
2. Na execução do fornecimento abrangido pelo supracitado contrato, observar-se-ão as cláusulas do contrato e o estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante.
3. Para além dos regulamentos e dos documentos normativos referidos neste Caderno de Encargos, fica o adjudicatário obrigado ao pontual cumprimento de todos os demais que se encontrem em vigor e que se relacionem com o objeto do contrato.
4. A responsabilidade de todos os trabalhos incluídos no contrato, seja qual for o agente executor, será sempre do concorrente e só dele, não reconhecendo a **VITRUS AMBIENTE, Empresa Municipal, S.A.** (doravante designada por VITRUS), a existência de quaisquer outros que trabalhem por conta ou em combinação com o adjudicatário.
5. Em tudo o que não estiver expressamente previsto no presente Caderno de Encargos, serão observadas as disposições constantes das normas legais em vigor.
6. O presente contrato está isento da fiscalização prévia do Tribunal de Contas, por de enquadrar na isenção prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 47.º da Lei de Organização e processo do Tribunal de Contas (Lei n.º 98/97, de 26 de agosto).

CLÁUSULA 2.^a

OBJETO

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar no âmbito do procedimento pré-contratual de Concurso Público com publicação de anúncio no Jornal oficial da União Europeia, que tem por objeto principal a **“aquisição de três miniautocarros elétricos”**, nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho (doravante designado por CCP), nas condições definidas nas Cláusulas Técnicas descritas na Parte II do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 3.ª

CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - 2.1. Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - 2.2. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - 2.3. O presente caderno de encargos;
 - 2.4. A proposta adjudicada;
 - 2.5. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos, e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª

PRAZO CONTRATUAL

1. O contrato entrará em vigor o dia útil seguinte à data da aposição da última assinatura eletrónica no clausulado contratual.
2. O prazo de vigência máximo é de **7 (sete) meses**, tendo as viaturas objeto do contrato de ser entregues no prazo apresentado na proposta adjudicada.
3. Durante o período de vigência do contrato, o adjudicatário não pode efetuar qualquer alteração ao preço e às condições acordadas com a VITRUS.
4. O não cumprimento do prazo de entrega poderá determinar, se advierem prejuízos para a VITRUS, de tal violação, a obrigação, por parte do Adjudicatário, de fornecer, gratuitamente, veículo de características técnicas semelhantes às adjudicadas até à entrega do contratualmente proposto.
5. O contrato produzirá efeitos até à data-limite de entrega e de receção das viaturas objeto do contrato, extinguindo-se, automaticamente, após a outorga do auto de receção das viaturas pela VITRUS, respeitante às viaturas e em perfeitas condições de utilização (com os veículos devidamente homologados, com matrícula nacional e Documento Único Automóvel, em nome da VITRUS).
6. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, findo o prazo referido no n.º 2, e caso não tenha sido atingido o preço contratual estabelecido no

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

âmbito do presente contrato, o mesmo extingue-se sem que assista ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS
SECÇÃO I
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

CLÁUSULA 5.^a

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:
 - 1.1. Entregar as viaturas objeto do contrato identificada na sua proposta com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas Cláusulas Técnicas – Parte II, do presente Caderno de Encargos.
 - 1.2. Cumprir o prazo de entrega das viaturas nas instalações da VITRUS de acordo com o prazo apresentado na proposta;
 - 1.3. Proceder a todas as diligências necessárias para a atribuição de matrícula às viaturas junto do IMT, bem como o processo de legalização junto do Registo Comercial, por forma as mesmas poder(em) circular na via pública para o fim a que se destina(m), se aplicável;
 - 1.4. Esclarecer a VITRUS em quaisquer dúvidas relacionadas com o objeto do contrato;
 - 1.5. Assegurar a garantia das viaturas objeto do contrato e da entrega dos respetivos documentos de garantia;
 - 1.6. Designar um gestor de cliente, que servirá de interlocutor com a VITRUS, em todos os aspetos da execução do contrato;
 - 1.7. Garantir a todo o momento a qualidade do fornecimento, de acordo com o previamente contratualizado, prestando informações detalhadas sempre que solicitadas pela VITRUS;
 - 1.8. Manter a validade de todas as autorizações legalmente exigidas para o exercício da atividade profissional;
 - 1.9. Conduzir o fornecimento com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - 1.10. Cumprir e fazer cumprir as normas legais aplicáveis ao fornecimento;
 - 1.11. Possuir todos os seguros, as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

- 1.12. Disponibilizar à VITRUS a informação relevante para a gestão do contrato;
- 1.13. Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é efetuada o fornecimento, assim como prestar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- 1.14. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à VITRUS os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento objeto do procedimento, ou o cumprimento de outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a VITRUS
- 1.15. Comunicar à VITRUS qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- 1.16. Responsabilizar-se quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças. Caso a VITRUS venha a ser demandada por ter infringido qualquer dos direitos acima mencionados, o adjudicatário indemnizá-la-á de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for;
- 1.17. Garantir a confidencialidade assim como manter sigilo quanto a toda a informação e conhecimento disponibilizados;
- 1.18. Respeitar as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional;
2. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento das viaturas, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 6.ª

CONFORMIDADE E OPERACIONALIDADE DAS VIATURAS

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar à VITRUS as viaturas objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
2. As viaturas objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizadas para os fins a que se destinam e devidamente instruídas pelos documentos que sejam necessários para a sua boa e integral utilização, funcionamento e consumo, incluindo instruções/especificações e outros.

3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade das viaturas.
4. O Adjudicatário é responsável perante a VITRUS por qualquer defeito ou discrepância das viaturas objeto do contrato, que se venham a verificar aquando da entrega das mesmas.

CLÁUSULA 7.ª

CONTROLO DE EXECUÇÃO, ACOMPANHAMENTO E INSPEÇÃO

1. A VITRUS designará um gestor do contrato, que disporá de poderes bastantes para resolver todas as questões que lhe sejam colocadas pelo Adjudicatário e o qual fará a inspeção e o acompanhamento do fornecimento.
2. Efetuada a entrega das viaturas objeto do contrato, a VITRUS, por si ou através de terceiro por si designado procede, no prazo de 5 (cinco) dias, à inspeção quantitativa e qualitativa das mesmas, com vista a verificar, respetivamente, se as mesmas reúnem as características, especificações e requisitos técnicos e operacionais definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
3. Durante a fase de análise de conformidade, o adjudicatário deve prestar à VITRUS toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a fase de realização da análise, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
4. Os encargos que o adjudicatário venha a ter na fase de análise de conformidade das viaturas fornecidas são da responsabilidade do mesmo.
5. Se no decorrer do acompanhamento, não se comprovar a total operacionalidade das viaturas objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas Cláusulas Técnicas, a VITRUS deve, disso informar, por escrito, o Adjudicatário.
6. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, às suas expensas, e no prazo razoável que for determinado pela VITRUS, às alterações necessárias para garantir a operacionalidade das viaturas e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
7. Após o Adjudicatário proceder às alterações necessárias, no prazo respetivo, a VITRUS efetua uma nova inspeção de aceitação, nos termos do n.º 2 da presente cláusula.
8. São excluídos de garantia todas as discrepâncias que notoriamente resultarem de utilização abusiva ou de negligência da VITRUS, bem como todas as anomalias resultantes de fraude, ação de terceiros, de caso fortuito ou força maior.

9. Em caso de anomalia detetada no objeto do contrato, o Adjudicatário compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

CLÁUSULA 8.^a

ACEITAÇÃO DAS VIATURAS

1. Caso a inspeção e análise de conformidade a que se refere a Cláusula 6.^a e 7.^a comprovem a total operacionalidade das viaturas objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, e nele não seja detetado quaisquer defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitido, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do final da inspeção de análise e conformidade, um auto de receção, assinado pelos representantes do adjudicatário e da VITRUS.
2. Com a assinatura do auto a que se refere o parágrafo anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade das viaturas objeto do contrato, para a VITRUS, bem como o risco de deterioração ou perecimento das mesmas, sem prejuízo das obrigações de garantia que impendem sobre o adjudicatário.
3. A assinatura do auto de receção não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias dos equipamentos objeto do contrato, com as exigências legais ou com as características, especificações ou requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.
4. No caso de haver recusa, pela VITRUS, na receção das viaturas fundada na não conformidade das mesmas, as razões fundamentadas para a sua não receção serão reduzidas a escrito em auto de não receção, também assinado pelas partes.
5. Verificado o disposto no número 4, o adjudicatário tem o prazo máximo de cinco dias para sanar as razões de fundamento de recusa daquele auto.

CLÁUSULA 9.^a

DEVER DE SIGILO

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à VITRUS, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem podem ser objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo, a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário, ou que este seja

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

legalmente obrigado a revelar, por força da Lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. As partes só podem divulgar as informações referidas nos números anteriores, na medida em que tal seja estritamente necessário à execução do contrato, mediante autorização da parte que as haja prestado, ou se forem estritamente necessárias ao exercício do direito de defesa em processo contencioso.
5. No caso previsto no número anterior, as partes devem garantir, em reciprocidade e em condições satisfatórias, a assunção, por escrito, de idêntico compromisso de confidencialidade pelos terceiros que acedam às informações abrangidas pelo dever de confidencialidade.
6. São suscetíveis de serem consideradas informações confidenciais, sem prejuízo de outras que as partes decidam qualificar como tal, as que, a serem divulgadas, possam causar danos a qualquer uma das partes ou a terceiros, ou perturbar o normal desenvolvimento dos trabalhos objeto deste Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 10.ª

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de cinco anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devido às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 11.ª

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO ADJUDICATÁRIO POR CONTA DA VITRUS

1. Sempre que na execução do contrato visado pelo presente caderno de encargos e até seu termo, o adjudicatário venha a tratar dados pessoais em nome da VITRUS, quando este seja responsável pelo respetivo tratamento, aquele será havido para todos os efeitos como subcontratante, obrigando-se apenas a tratar as categorias de dados e com os meios e objetivos previstos no caderno de encargos, de acordo com o estabelecido no Regulamento da (UE) 679/2016 (RGPD), designadamente nos seus artigos 24.º e seguintes, e em especial no artigo 28.º, no que respeita à segurança, à privacidade e a todos os aspetos aí regulados, assegurando garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de forma a que o tratamento satisfaça os requisitos do regulamento e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.
2. O adjudicatário só agirá, no que a esse tratamento de dados pessoais diz respeito, de acordo com as instruções escritas dadas pela VITRUS, incluindo no que se refere ao envio de terceiros e a prazos de conservação dos dados pessoais.

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

3. O adjudicatário fica obrigado a:

- 3.1. Fornecer à VITRUS, sempre que solicitado, os detalhes relacionados com as medidas adotadas no sentido de cumprir com as suas obrigações no Tratamento de Dados e do referido Regulamento Europeu;
 - 3.2. Assegurar que as pessoas por si autorizadas a tratar dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade e/ou se encontram sujeitas às obrigações legais de confidencialidade adequadas;
 - 3.3. Prestar assistência à VITRUS, por todos os meios adequados a assegurar o cumprimento das disposições relativas aos direitos do titular de dados, nomeadamente as constantes nos artigos 32.º a 36.º, incluindo a notificação de violação de dados sem demora injustificada;
 - 3.4. A apagar todos os dados pessoais ou devolvê-los à VITRUS, consoante a escolha deste, depois de concluir os serviços de tratamento de dados, e apagar as cópias existentes, a menos que a sua conservação seja exigida por lei;
 - 3.5. Disponibilizar à VITRUS todas as informações necessárias à demonstração do cumprimento do referido regulamento;
 - 3.6. Na contratação de outros subcontratantes, assegurar o cumprimento dos termos deste contrato, quanto ao tratamento de dados, também por esses subcontratantes;
 - 3.7. Sujeitar-se e colaborar nas auditorias que a VITRUS entenda levar a cabo na organização de dados do adjudicatário, por si, ou por interposta entidade, tendo por objeto apurar o cumprimento do estabelecido neste caderno de encargos, no dito regulamento e em toda a legislação aplicável.
4. Sempre que um titular de dados pessoais submeta à VITRUS um pedido para exercer o direito de acesso, retificação, apagamento, limitação ou portabilidade respetivamente previsto nos artigos 15.º, 16.º, 17.º, 18.º e 20.º do RGPD, o adjudicatário reencaminhá-los-á de imediato para a VITRUS, que dará seguimento à satisfação do direito exercido. O adjudicatário notificará o titular dos dados pessoais, deste reencaminhamento.
5. Em tudo o mais aqui não expressamente previsto quanto ao tratamento de dados pessoais, e tratamento deles por conta de outrem, aplicar-se-ão as regras supletivas do referido regulamento europeu e da legislação nacional atinente

CLÁUSULA 12.ª

CONFLITOS DE INTERESSE E IMPARCIALIDADE

1. O adjudicatário deve prosseguir a sua atividade de acordo com a lei aplicável e com todas as regras de boa-fé, tomando todas as medidas necessárias para evitar a ocorrência de quaisquer situações que possam resultar em conflito de interesses da VITRUS.

2. O adjudicatário obriga-se a não praticar qualquer ato ou omissão, do qual possa resultar quaisquer ónus ou responsabilidades para a VITRUS ou para os seus direitos e interesses.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA VITRUS

CLÁUSULA 13.^a

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS

1. Constituem obrigações da VITRUS:
 - 1.1. Efetuar o controlo da do fornecimento das viaturas objeto do contrato, designadamente no que respeita ao cumprimento das condições contratadas;
 - 1.2. Cooperar, prestando com exatidão e atempadamente todas informações necessárias, indicando, entre outras, as circunstâncias que conheça e que razoavelmente deva ter por significativas alterações inerentes ao contrato a celebrar e documentos originais necessários ao fornecimento.
 - 1.3. Efetuar, nos prazos contratualmente fixados, os pagamentos das quantias devidas e quaisquer outros encargos da sua responsabilidade.

CLÁUSULA 14.^a

PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento das viaturas objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a VITRUS pagará ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço base do procedimento é de **837.000,00€ (oitocentos e trinta e sete mil euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas que a VITRUS prevê realizar no fornecimento de cada uma das viaturas, cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à VITRUS, nomeadamente os relativos ao transporte da viatura objeto do contrato para o respetivo local de entrega, legalização, ISV, SGPU, se aplicável, bem como mão-de-obra, alimentação, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 15.^a

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Para efeitos de pagamento, o Adjudicatário deverá apresentar à VITRUS a correspondente fatura, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em relação à data do seu vencimento, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a assinatura do auto de receção das viaturas objeto do contrato.
3. Em caso de discordância, por parte da VITRUS, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este último obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. Qualquer atraso no pagamento das faturas referidas, a presente cláusula não autoriza o Adjudicatário a invocar a exceção de não cumprimento de qualquer das obrigações que lhe sejam incumbidas, salvo nos casos previstos no artigo 327.º do CCP.
5. A(s) fatura(s) no âmbito do presente contrato, deverão ser emitidas em conformidade com o disposto no artigo 299.º-B do CCP e nos termos do Decreto-Lei n.º 123/2018, de 28 de dezembro, e subsequentes alterações.
6. Nos termos do disposto no artigo 163.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, que altera o artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, se o cocontratante for uma micro, pequena e média empresa pode utilizar mecanismos de faturação diferentes dos previstos no artigo 299.º-B do CCP, até 31 de dezembro de 2025, ou outra que lhe venha a suceder, em resultado de alterações à legislação atualmente em vigor.

CAPÍTULO III
PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO
CLÁUSULA 16.ª

PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a VITRUS pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, e por valor equivalente aos limites máximos legalmente aplicável(eis), nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento dos prazos nos termos contratados, serão aplicadas multas que incidirão sobre o valor total dos bens a que dizem respeito, de 2% por cada dia de atraso nos prazos estabelecidos.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a VITRUS tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.
3. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
4. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a VITRUS decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329º do CCP.

5. A VITRUS pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a VITRUS exija uma indemnização pelo pelos danos decorrentes do incumprimento do fornecimento.
7. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do CCP.

CLÁUSULA 17.ª

FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - 3.1. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
 - 3.2. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - 3.3. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - 3.4. Manifestações populares devidas ao incumprimento, pelo Adjudicatário, de normas legais;
 - 3.5. Incêndios ou inundações, com origem nas instalações do Adjudicatário, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - 3.6. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
 - 3.7. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais, afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 18.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DA VITRUS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, a VITRUS pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, nos termos previstos nos artigos 333.º e 448.º do CCP, designadamente, nos casos de:
 - 1.1. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao adjudicatário;
 - 1.2. Incumprimento, por parte do adjudicatário e/ou dos colaborador(es) por ele a afetar, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas pelos representantes da VITRUS no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
 - 1.3. Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com inobservância dos termos e limites previstos na Lei ou no Contrato;
 - 1.4. Oposição reiterada do adjudicatário ao exercício dos poderes de fiscalização da VITRUS;
 - 1.5. Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
 - 1.6. O adjudicatário se apresentar à insolvência ou esta seja declarada pelo tribunal;
2. A VITRUS também pode resolver o contrato por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, ou com fundamento na alteração anormal e imprevisível das circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar, conforme artigos 335.º e 336.º do CCP.
3. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, nem faz cessar as obrigações acessórias respeitantes a essas mesmas prestações, a menos que tal seja determinado pela VITRUS, podendo o adjudicatário pronunciar-se sobre a resolução do contrato, a título sancionatório, nos termos previstos na Lei.
4. O disposto nos números anteriores não prejudica o direito de indemnização à VITRUS nos termos gerais do direito, nomeadamente pelos prejuízos decorrentes da adoção de novo procedimento de formação de contrato ou de outros prejuízos.

5. Nos casos de resolução sancionatória, havendo lugar a responsabilidade do adjudicatário, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo da VITRUS poder executar as garantias prestadas pelo adjudicatário.

CLÁUSULA 19.^a

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na Lei, o adjudicatário pode resolver o contrato em caso de:
 - 1.1. Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, de acordo com o estabelecido no n.º 2 do artigo 332.º do CCP;
 - 1.2. Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à VITRUS;
 - 1.3. Incumprimento de obrigações pecuniárias pela VITRUS, por período superior a 6 (seis) meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso à arbitragem.
3. Nos casos previstos no ponto 1.3., o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada pelo adjudicatário à VITRUS, a qual produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a VITRUS cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato, nos termos dos números anteriores, não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

CAPÍTULO IV

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 20.^a

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo da área de jurisdição da VITRUS, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 21.^a

SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

São admitidas a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos do disposto nos artigos 316.º e seguintes do CCP.

CLÁUSULA 22.^a

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser escritas e redigidas em português:
 - 1.1. Na fase de formação do contrato devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela VITRUS;
 - 1.2. Na fase de execução do contrato, podem ser efetuadas pelos meios referidos no número anterior, por correio eletrónico, ou de outro meio de transmissão escrita e eletrónica de dados, bem como por via postal, por meio de carta registada ou de carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto, constantes do contrato, deve ser comunicada à outra parte, por escrito e com aviso de receção.
3. No caso das comunicações do adjudicatário à VITRUS, as mesmas devem ser dirigidas ao gestor do contrato, a identificar no contrato.
4. Qualquer comunicação efetuada através de correio eletrónico ou outro meio de transmissão escrita ou eletrónica de dados, considera-se feita na data da respetiva expedição, salvo no que respeita às comunicações que tenham como destinatário a VITRUS e que sejam efetuadas após as 17 horas do local da receção ou em dia não útil nesse mesmo local, as quais se presumem feitas às 10 horas do dia útil seguinte.

CLÁUSULA 23.^a

CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 24.^a

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, 31 de agosto, na sua atual redação dada pelo DL n.º 54/2023, de 14 de julho e demais legislação em vigor nesta matéria.

PARTE II CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 25.^a

ENQUADRAMENTO

1. O presente procedimento tem como objetivo a aquisição de três miniautocarros elétricos, os quais devem, sob pena de exclusão, apresentar no mínimo as características mencionadas nas cláusulas seguintes.
2. No caso de serem mencionadas marcas na cláusula seguinte, as mesmas são meramente exemplificativas, podendo o adjudicatário apresentar viaturas com características equivalentes.
3. Deve ser atribuída às viaturas a garantia legal em vigor.

CLÁUSULA 26.^a

ENTREGA DOS BENS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

1. O fornecedor obriga-se a entregar os bens objeto do contrato nas instalações da VITRUS, no estaleiro sito na Rua das Lameiras n.º 119, 4835-175, Guimarães, dentro do horário de expediente, ou seja, das 09h às 18h.
2. A entrega dos bens objeto do contrato deve ser feita de acordo com o indicado pelo Gestor do contrato, no prazo máximo definido na cláusula 4.^a do presente caderno de encargos, contado a partir da data de entrada em vigor do contrato.
3. Todas as despesas e custos com o transporte do bem objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega, são da responsabilidade do locador
4. Os veículos a fornecer tem de ser novos, com quilometragem a zero ou com quilometragem mínima necessária para a deslocação até ao local de entrega da mesma, com nível nulo de emissões, na aceção do artigo 2.º, alínea 102-G), subalínea c), do RGIC e homologados exclusivamente nas categorias europeias M2 ou M3 a que se refere o artigo 2.º do Anexo do Decreto-Lei n.º 58/2004, de 19 de março, na sua redação atual, cumprindo com os requisitos para o acesso facilitado para pessoas com mobilidade reduzida.
5. O fornecedor fica obrigado a assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integram os bens objeto do contrato pelo prazo mínimo de 3 (três) anos, a contar da assinatura do auto de receção.
6. As viaturas a fornecer devem, sob pena de exclusão, apresentar no mínimo as seguintes características:

comprimento máximo	5.845 mm
largura máxima	2.055 mm

altura máxima	2.850 mm (com a/c)
distância entre eixos	3.750 mm
lotação (máxima)	9 sentados + 9 de pé + 1 cadeira de rodas + motorista
Categoria europeia	M2 ou M3
eixos e suspensão	suspensão mecânica independente frente e traseira com molas elípticas, amortecedores e barra estabilizadora
direção	à esquerda servo assistida com volante ajustável em altura e inclinação
potência do motor	135 kw
binário máximo	290 nm
capacidade das baterias	88 kwh
tipo de baterias	iões de lítio (li-ion)
autonomia mínima	210 km
travões	de disco às 4 rodas - com servo freio – ABS – ESP – sistema de controlo de tração
capacidade de arranque e circulação em declives	com capacidade de arranque em rampas com um gradiente superior a 20% - capaz de circular em subidas com gradiente superior a 20% com velocidade constante
relações de transmissão	18.47
dimensão dos pneus	215-75 r 16
regime máximo de rotação do motor	11.400 rpm
peso bruto efetivo máximo	5.000 kg
cor	branco ou outra cor lisa a definir

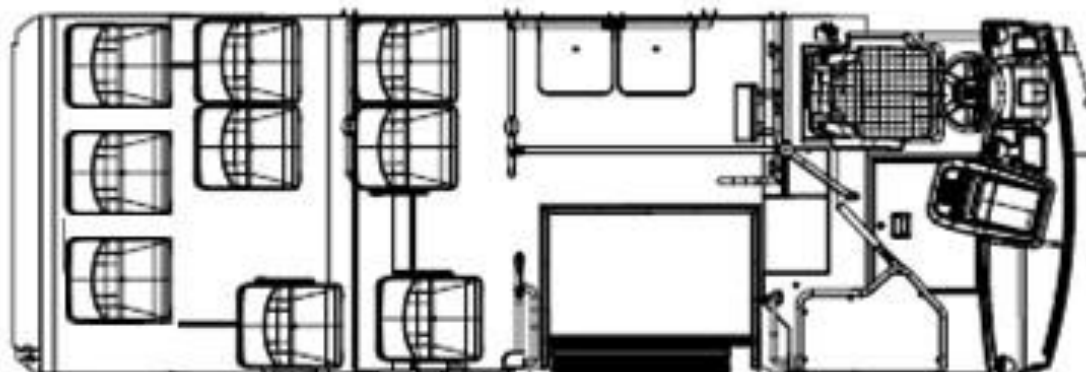


Figura 1 - LAYOUT (imagem ilustrativa)

EQUIPAMENTO BASE POR MINIAUTOCARRO

- Construção integral em aço carbono com tratamento por cataforese
- Vidros coloridos em cinza escuro atérmicos
- Para brisas com sistema de desembaciamento
- 2 espelhos retrovisores exteriores de comando elétrico
- Porta lateral de serviço com duas folhas com accionamento elétrico com sistema de anti entalamento
- Banco motorista ergonómico ISRI com apoio de cabeça, com cinto de segurança de 3 pontos e regulação e assistência pneumática
- Bancos com pega integrada, em polímero ultra leve (componentes de plástico), forma ergonómica
- Ar condicionado de tecto
- Aileron integrado sobre o aparelho de ar condicionado para a tomada de ar fresco
- Clarabóia
- Extintor de 6 kg
- Kit primeiros socorros
- Dispositivo de reboque na parte da frente da viatura
- Sinalética obrigatória por lei
- Rádio + USB + MP3
- Colunas distribuídas ao longo do compartimento dos passageiros
- Relógio digital
- Uma porta de motorista do lado esquerdo com vidro elétrico
- Aquecimento de salão com convetores
- Vidro do caixilho de motorista temperado, incolor e com desembaciador

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

- Janelas basculantes na zona dos passageiros
- Cortina de para-brisas
- Iluminação na zona dos passageiros com tecnologia LED
- Botões de paragem
- Triângulo de sinalização
- Fichas USB de carregamento dispositivos móveis para passageiros

CLÁUSULA 27.^a

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Toda a assistência técnica, no domínio da manutenção à viatura será prestada nas instalações/oficina da Vitrus, por uma equipa de assistência móvel ou nas instalações do fornecedor, sendo obrigatório existir uma instalação no distrito de Braga ou do Porto.
2. O fornecedor deverá dispor de um serviço de assistência técnica de 24 horas, através de um número fixo ou móvel para a rede fixa nacional, de forma a garantir o total acompanhamento da entidade adjudicante.
3. O fornecedor deverá responder à solicitação de assistência técnica enviado pela Entidade Adjudicante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA 28.^a

FORMAÇÃO

1. O fornecedor obriga-se a proceder à formação do pessoal de operação, constituindo exigência mínima o seguinte:
 - i. Ação de formação dos motoristas, que incluirá os cuidados a ter durante a utilização e com a manutenção básica da viatura, com uma duração de 8 horas.
 - ii. A ação de formação referida na alínea anterior deverá estar concluída no prazo máximo de oito dias apos a entrega das viaturas.
2. Caso a entidade adjudicante considere necessário, o adjudicatário será obrigado a fazer nova formação igual à acima referida, sendo que esta servirá de reciclagem aos hábitos adquiridos pelos motoristas durante a operação da viatura.

Pelo Administrador Executivo,

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt

(Dr. João Pedro de Oliveira Martins Castro)

www.vitrusambiente.pt

Avenida Cónego Gaspar Estação, nº606 Oliveira do Castelo 4810-266 Guimarães

T: +351 253424740 F: +351 253424749 geral@vitrusambiente.pt